



SEÇÃO TEMÁTICA



Educação e desigualdade de gênero na EJA: um estudo bibliográfico

Valeska Curtinhas Prates, *Universidade Federal de Goiás*

Cinthia Letícia de Carvalho Roversi Genovese, *Universidade Federal de Goiás*

Luiz Gonzaga Roversi Genovese, *Universidade Federal de Goiás*

Resumo: Este artigo tem por objetivo investigar as questões de gênero que perpassam a EJA e a importância das aulas de ciências como um espaço produtivo para fomentar essas questões e possibilitar a emancipação e a transformação social de mulheres, contribuindo para o fortalecimento da consciência de gênero acerca da função social da mulher e o papel que ela pode e deve exercer. Para tanto, a metodologia de pesquisa utilizada foi a pesquisa bibliográfica, realizada por meio da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), fonte de dados para a pesquisa. Após a seleção do material bibliográfico, foram escolhidos nove trabalhos acadêmico-científicos para compor o *corpus empírico* do estudo. As análises permitiram identificar que as concepções acerca de gênero por parte dos estudantes são consequência das influências culturais e do contexto social em que estão inseridos, revelando uma cultura machista estrutural que perpetua as discrepâncias entre os gêneros. Portanto, na busca por equidade entre os gêneros e pela formação de cidadãos críticos e emancipados, as aulas de ciências podem abordar as diferenças entre os gêneros e contribuir com a superação da cultura patriarcal.

PALAVRAS-CHAVE: Educação de Jovens e Adultos (EJA). Ensino de Ciências. Questões de Gênero.



Introdução

Atualmente, debates acerca da diversidade e equidade entre os gêneros e da cultura estruturalmente consolidada na sociedade que perpetua práticas e concepções machistas de diferentes perspectivas, têm se tornado cada vez mais presentes. Entre os diferentes problemas e empecilhos vivenciados pelas mulheres no âmbito social, o acesso à escolarização e ao conhecimento, também é historicamente restringido ao gênero feminino.

Apesar de a maior parte da população brasileira ser formada por mulheres (51,8%), conforme os dados divulgados pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), no ano de 2019, os motivos pelos quais as mulheres abandonam ou não frequentam a escola são diversos. Conforme os dados do IBGE, uma pesquisa realizada com pessoas entre 14 e 29 anos de idade, revelou que 23,8% das mulheres abandonaram a escola porque precisavam trabalhar; 3,9% porque não havia escola, vaga ou turno desejado em sua região de residência; 23,8% por gravidez; 11,5% porque tinham que realizar afazeres domésticos ou cuidar de pessoas; 3,2% por problemas de saúde permanente; 24,1% por falta de interesse e 9,7% por outros motivos (BRASIL, 2019).

Quando comparamos os dados da mesma pesquisa relacionados ao gênero masculino, as motivações apresentam uma diferença significativa: 50% dos homens entrevistados, na mesma faixa etária (14 a 29 anos de idade), afirmaram que abandonaram a escola porque precisavam trabalhar; 2,7% por não haver escola, vaga ou turno desejado em sua região; 0% gravidez; 0,7% por precisar realizar afazeres domésticos ou cuidar de pessoas; 4,0% por problemas de saúde permanente; 33% por falta de interesse e 9,6% por outros motivos (BRASIL, 2019).

Esses dados revelam que os motivos que levam ao abandono escolar são bem diferentes entre os gêneros. Enquanto os maiores motivos para o abandono escolar de homens que somam 83% se justifica porque precisavam trabalhar e não tinham interesse em estudar, a este mesmo número de porcentagem de mulheres acrescentam-se dois motivos: gravidez, atrelada à necessidade de realizar afazeres domésticos e cuidar de pessoas (BRASIL, 2019).

A pesquisa do IBGE considera como trabalho, o fato de o sujeito sair para trabalhar fora de casa, em meios formais ou informais de



emprego, mas não considera os trabalhos domésticos e as ações direcionadas ao cuidado de terceiros como uma forma de trabalho. Entender o que é o trabalho é mais complicado do que parece, pois apesar de ser uma palavra corriqueira em nosso cotidiano, podem ser atribuídas a ela vários sentidos e interpretações.

Outra reflexão relevante, suscitada a partir dos dados da pesquisa do IBGE, é o fato de 3,9% das mulheres e 2,7% dos homens terem abandonado a escola por não haver escolas perto de onde eles precisam, não conseguirem vaga nas instituições de ensino próximas ou pela falta de vaga no turno que eles precisavam, visto que são trabalhadores e a localização geográfica das escolas é um fator muito importante para a permanência ou para o retorno de tais estudantes às classes escolares.

Grande parte dessas pessoas que abandonaram a escola retornam ao ambiente escolar por algum motivo, a fim de continuar os estudos por meio da Educação de Jovens e Adultos (EJA). Por ser uma modalidade de educação que garante o direito, constitucionalmente estabelecido, para todas as pessoas, a EJA é uma ferramenta muito importante para a sociedade brasileira como forma de reparar os prejuízos causados pelos diferentes motivos que resultam no abandono escolar.

A partir do exposto, as questões relacionadas à divisão sexual do trabalho, que atribui às mulheres a responsabilidade de arcar com as tarefas domésticas e com o cuidado de outras pessoas de maneira naturalizada, se tornam ainda mais urgentes. Inicialmente, a pesquisa teve por objetivo investigar o ensino de ciências e as relações que se estabelecem sobre gênero na EJA, porém, não foram encontrados materiais que tratassem, de forma objetiva, deste objeto de investigação.

Nesta perspectiva, este artigo tem por objetivo investigar as questões de gênero relacionadas à EJA na Educação Básica (Ensinos Fundamental e Médio) e a importância das aulas de ciências como um espaço produtivo para fomentar essas questões e possibilitar a emancipação e a transformação social de mulheres, buscando uma sociedade com mais equidade entre os gêneros.

Este estudo se justifica dada a urgência de se tratar os assuntos relacionados ao gênero não só nas aulas de ciências, mas em todas as esferas da vida social, visto que, apesar dos avanços e das conquistas, as mulheres ainda sofrem com a sobrecarga de um tipo de trabalho



específico e, na maioria dos casos, designado exclusivamente a elas dentro do ambiente familiar: o trabalho doméstico e o cuidado de outras pessoas. Conforme apresentado na pesquisa do IBGE, este tipo de trabalho interfere diretamente no rendimento e na evasão escolar das mulheres, como consequência da divisão sexual do trabalho, estruturada historicamente na sociedade, em que os homens se dedicavam ao ambiente externo à casa e à vida social e as mulheres se dedicavam ao ambiente doméstico e aos cuidados com a família.

Apesar de as mulheres já terem conquistado seu espaço no mercado de trabalho e na vida social externa à casa, os afazeres com o ambiente doméstico e os cuidados com a família não saíram de sua responsabilidade, fazendo com que elas tenham duplas e triplas jornadas de trabalho (BEAUVOIR, 1970; SILVA, 1998). Por esta razão, a presente pesquisa pretende contribuir para uma reflexão sobre as questões de gênero, a fim de auxiliar no processo de transformação social das mulheres.

Mediante o que foi abordado, apresenta-se, na sequência, o referencial teórico, fundamentado nos autores que subsidiam as reflexões teóricas realizadas na análise das dissertações e teses e guiam o nosso olhar de pesquisa; a metodologia, que expõe os procedimentos utilizados na construção do objeto de pesquisa, as discussões resultantes das relações que os trabalhos selecionados estabelecem entre si; e as considerações acerca das discussões realizadas, que relacionam as concepções dos autores das teses e dissertações com os objetivos da pesquisa.

Estudantes Trabalhadores da EJA

Com o objetivo de fundamentar teoricamente a pesquisa realizada neste artigo, trataremos de explicar, com base na literatura acadêmico-científica, alguns conceitos que se constituem como categorias de análise para auxiliar no entendimento de nosso percurso. São eles: trabalho, sujeitos da EJA, educação e Educação de Jovens e Adultos. A divisão social do trabalho será discutida dentro do tópico “Mulheres da EJA”.

Um dos motivos mais representativos para a desistência e o abandono escolar de homens e mulheres diz respeito à necessidade de trabalhar. Conforme os dados expostos pelo IBGE, 23,8% das mulheres e



50% dos homens interromperam a sua trajetória escolar por esta razão. Nessa perspectiva, na tentativa de compreender o que é o trabalho, cabe destacar o conceito apontado por Andery (1994). O autor afirma que nos diferenciamos dos outros animais por nossa capacidade de transformar a natureza (e por ela sermos modificados) para suprir nossas necessidades. Nós, seres humanos, transformamos a natureza e transmitimos nossos saberes aos nossos sucessores, criamos necessidades e produzimos conhecimento por meio dessa relação. A partir disso, elaboramos nossa própria existência e nosso próprio trabalho, ou seja, trabalho é a ação humana e intencional realizada para suprir nossas necessidades. E o processo de escolarização é uma das mais reconhecidas formas de melhorar as condições dessa atividade humana fundamental.

Para uma melhor compreensão sobre a importância da formação escolar para os sujeitos, cabe ressaltar que, conforme o exposto por Freire (1996), a educação é uma forma de intervenção no mundo, que se dá por meio da humanização dos sujeitos (SAVIANI, 2011). Nesta perspectiva, os objetivos da educação não podem se direcionar apenas à construção dos conhecimentos científicos produzidos historicamente pela humanidade, mas também à conscientização política e social, à formação humana e para a cidadania e ao desenvolvimento pleno dos educandos, conforme o disposto na Constituição Federal (BRASIL, 1988).

Porém, quando se trata da Educação de Jovens e Adultos, é necessário destacar que o processo

[...] lógico-histórico de constituição da EJA carrega a marca da marginalização do direito de acesso à educação, a qual vem se ressignificando a cada década, travestida de iniciativas programáticas e de cunho pedagógico assistemático (programas pontuais, cursos de certificação rápida etc.). Há em curso, a manutenção de uma EJA pautada pelo imediatismo e formação pragmático-utilitária exigidas pela lógica do capital. Imediatismo esse, que conflita e contradiz os fundamentos da Constituição Cidadã de 1988, as diretrizes da LDB de 1996, e as metas para a modalidade expressas no Plano Nacional de Educação (PNE) de 2014 (RODRIGUES et al., 2020, p. 333).

Os autores ainda contribuem para o entendimento dos propósitos e objetivos da EJA ao dizerem que

[...] essa forma de educação orientada pelo anseio de formar rapidamente uma massa de indivíduos capazes de produzir, provocou uma substantiva mudança no significado assumido pela escolarização



de jovens e adultos, e instituiu o já mencionado paradigma do acesso (RODRIGUES et al, 2020, p. 344).

No que se refere à ampliação da oferta de educação escolar para todas as pessoas da sociedade brasileira, é preciso reconhecer que houve grandes avanços nos últimos anos, porém, essa ampliação da oferta não foi acompanhada por melhorias nas condições de ensino, o que fez com que as escolas brasileiras tivessem, em grande parte, uma má qualidade de educação sendo ofertada para todos (HADDAD; DI PIERRO, 2000).

Santos e Silva (2020, p. 3) consideram que os sujeitos da EJA são sujeitos “[...] constituídos por e nas relações sociais, na vida em sociedade, pela intermediação da cultura, dos valores e crenças que dotam essas relações de significados e sentidos”. Ainda, de acordo com os autores, suas trajetórias de vida se inserem “[...] em um contexto histórico, político e econômico” (SANTOS; SILVA, 2020, p.4). Os estudantes e as estudantes da EJA são diversos em idade, gênero, cor, raça, situação socioeconômica, cultura, entre vários fatores que fazem com que cada um deva ser considerado em suas particularidades e especificidades.

Seguindo esse raciocínio, propomos uma discussão mais atenta às estudantes mulheres da EJA.

Mulheres da EJA

Dentre os diversos sujeitos da EJA se encontram as mulheres que, apesar de assumirem, em sua grande maioria, as tarefas domésticas e a responsabilidade de manter financeiramente um lar, conforme Lima, Wiese e Haracemiv (2021), as mulheres buscam a conclusão dos seus estudos obrigatórios (de acordo com o disposto na legislação brasileira), com o objetivo de romper com as opressões que elas são submetidas cotidianamente no âmbito familiar e social, buscando emancipação, autonomia e independência financeira.

As autoras apontam que as mulheres da EJA acreditam que esta modalidade da educação é uma oportunidade de ter vez e voz, em um espaço que as perceba enquanto pessoas com direito de transformar suas vidas, ao retomarem o desejo de ocupar um espaço na sociedade de forma ativa (LIMA; WIESE; HARACEMIV, 2021).



Essa possibilidade de acesso ao mercado de trabalho com melhores condições é de significativa importância para muitas mulheres. Nesse viés, Manacorda (2007) aponta o trabalho como uma atividade vital para a existência humana. Porém, é importante considerar, nesta perspectiva, uma das concepções de trabalho: o trabalho em sua origem. Esta é uma atividade voluntária do indivíduo para suprir as suas necessidades, mas é necessário destacar que as atividades realizadas por homens e mulheres na sociedade são distintas e refletem de formas diferentes na realidade dos sujeitos.

De acordo com o modo como a sociedade foi se constituindo ao longo da história, a divisão social do trabalho, isto é, a forma como esse trabalho é dividido na sociedade, depende do gênero do ser humano.

A forma como homens e mulheres se organizam em uma determinada sociedade para garantir a produção e a reprodução de sua vida cotidiana é construída como prática social no ordenamento das atividades, em suas modalidades, nos critérios que definem sua qualificação, na disciplina do trabalho etc. Logo, determina direta ou indiretamente os papéis sociais que mulheres e homens desempenham (ROCHA, 2018, p. 2).

Apesar dos avanços da ciência e da tecnologia, algumas atividades biológicas da mulher são predominantemente intransferíveis: o gestar e o amamentar. Mas além dessas atividades biológicas, culturalmente se estabelece que é papel das mulheres mães: dar o banho, trocar fraldas, acordar durante a noite para dar assistência ao bebê, preparar suas refeições, lavar e passar suas roupas, limpar e manter limpo o ambiente da casa, ensiná-lo a viver sua cotidianidade e em sociedade, seja qual for o grupo social a ser frequentado (escola, família, espaços públicos etc.). Todo o processo de formação da criança para a vida adulta é atribuído às mães desde épocas remotas. Rocha (2018) também afirma que

[...] embora ocorra uma incorporação em massa de mulheres na esfera da produção, as tarefas domésticas continuam sendo responsabilidade exclusiva das mulheres, incorporadas ou não ao mercado de trabalho. Isso aumenta as desigualdades que existem entre homens e mulheres, pois as mulheres passam a realizar duplas e triplas jornadas (ROCHA, 2018, p. 11).

Neste sentido, cabe ressaltar que uma parte significativa e expressiva das mulheres que abandonam a escola para cuidar de terceiros e para realizar atividades domésticas, é resultante dessa forma de divisão sexual do trabalho, que interfere diretamente nas suas



possibilidades de formação acadêmica e de inserção no mundo do trabalho externo ao ambiente familiar.

Harding (1986, p. 8) aponta que não é fácil problematizar e refletir sobre os papéis sociais atribuídos às mulheres, “[...] pois a teoria política liberal e sua epistemologia empirista, o marxismo, a teoria crítica, a psicanálise, o funcionalismo, o estruturalismo, o desconstrutivismo, a hermenêutica e outros modelos teóricos [...]” que estudamos, “[...] ao mesmo tempo se aplicam e não se aplicam às mulheres e às relações de gênero.”

Consideramos destacar também que não existe apenas uma teoria ou abordagem feminista e nem todas as autoras feministas estudadas representam o mesmo grupo de mulheres. Desse modo, “[...] as mulheres e as relações de gênero estão em toda parte, os temas das teorias feministas não podem ser contidos dentro de um esquema disciplinar singular [...]” (HARDING, 1986, p. 12).

Em relação a isso, para Hooks (2014) a mulher branca pode, pelo menos, buscar sua emancipação, enquanto a negra se encontra “duplamente escravizada” e só lhe resta lutar e sofrer silenciosamente. A autora explica que as mulheres negras esperavam que a libertação da escravidão seria suficiente para que fossem livres, o que não ocorreu, pois o racismo, a subalternidade e a opressão jamais as igualariam às mulheres brancas.

Desse modo, há uma pluralidade no movimento feminista, e reconhecer essa riqueza epistemológica é fundamental para que possamos agir de forma coerente e atenciosa com todas as mulheres de nossa sociedade tão heterogênea e desigual. Por isso, a metodologia de pesquisa, apresentada a seguir, foi realizada de maneira a abranger as diferentes nuances do gênero feminino na EJA.

Metodologia de Pesquisa

Tendo como objetivo analisar de que forma as questões de gênero são tratadas no ambiente escolar da Educação de Jovens e Adultos (EJA) e a importância do ensino de ciências como uma ferramenta de emancipação e transformação social de mulheres, efetuou-se uma pesquisa bibliográfica, utilizando como base de dados a Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações (BDTD), que reúne



teses de doutorado e dissertações de mestrado defendidas nas instituições brasileiras de ensino e pesquisa.

A pesquisa bibliográfica foi a metodologia de pesquisa escolhida por dar a possibilidade de “[...] um amplo alcance de informações, além de permitir a utilização de dados dispersos em inúmeras publicações, auxiliando também na construção, ou na melhor definição do quadro conceitual que envolve o objeto de estudo proposto” (LIMA; MIOTO, 2007, p. 40).

A primeira etapa do processo de pesquisa se constituiu pela busca dos seguintes descritores: “gênero”, “EJA” e “Ensino de Ciências”, que resultou em quatro dissertações de mestrado. Após a leitura dos resumos dessas dissertações, escolhemos duas delas para compor o referencial teórico da pesquisa por tratarem diretamente do ensino de ciências e das questões de gênero na EJA. Tendo por finalidade ampliar o quadro empírico ligado ao objeto de estudo, ampliamos o recorte da pesquisa, retirando o descritor “Ensino de Ciências”, procedimento que resultou em 69 dissertações e teses publicadas entre 2017 e 2022.

Logo à primeira vista, foi possível perceber que vários dos trabalhos científicos encontrados diziam respeito ao gênero textual e, por não se tratar do nosso tema de pesquisa, foram excluídos. Então, a partir da leitura dos títulos dos trabalhos científicos, foi possível identificar que dos 74 trabalhos (somando as duas pesquisas realizadas pelos descritores “gênero”, “EJA” e “Ensino de Ciências” e apenas os termos “gênero” e “EJA”), apenas oito tratavam das desigualdades de gênero e os debates sobre a temática na Educação de Jovens e Adultos e um tratava dessa temática relacionada ao ensino de ciências. Cabe destacar que consideramos gênero como uma característica que distingue os homens e as mulheres, que não se relaciona diretamente com o sexo (que é definido biologicamente), mas sim, à sua identidade.

Após a seleção dos nove trabalhos que tratavam do objeto de pesquisa, foi feita a leitura seletiva (LIMA; MIOTO, 2007) das dissertações e teses para confirmar se tais trabalhos poderiam contribuir para a discussão dos resultados do artigo.

Resultados e Discussões

Conforme o exposto na metodologia de pesquisa deste artigo, as dissertações e teses que tratavam acerca das questões de gênero na



Educação de Jovens e Adultos publicadas na Biblioteca Digital de Teses e Dissertações entre os anos de 2017 e 2020, estão elencadas no Quadro 1, a seguir.

Quadro 1: Teses (T) e Dissertações (D) que abordam questões de gênero na EJA publicadas na BDTD

Ano de defesa	Título	Autoras	IES
2017	A relação dialógica: mulher e EJA na construção da consciência feminista (D)	Francinéia Francisca Gomes Soares	UnB
2017	Trabalho doméstico, relações de gênero e educação: um estudo com educandas/os da EJA (T)	Ludimila Correa Bastos	UFMG
2017	As inter-relações entre discriminação racial, de gênero e exclusão social na trajetória de mulheres negras na EJA (D)	Maristela Pereira Leal	CUB
2017	Agora é minha vez de ir pra escola!: os desafios na educação para mulheres velhas em um Programa de EJA, em Fortaleza-CE (T)	Kelly Maria Gomes Menezes	UFC
2017	Interdições e Resistências: os difíceis percursos da escolarização das mulheres na EPT (T)	Maria José de Resende Ferreira	UFES
2018	Ensino de história das mulheres: experiência na Educação de Jovens e Adultos-EJA em Imperatriz-MA (D)	Jucileide da Silva Almeida	UFT
2018	A influência das diferentes culturas nas visões dos alunos da EJA-Manguinhos na discussão do tema sexualidade e gênero (D)	Ariel Pereira Fernandes do Nascimento	UERJ
2020	A constituição subjetiva de mulheres negras estudantes da EJA e a aprendizagem (D)	Bárbara Gonçalves Ivanov	UFRG
2020	As mulheres na Comissão Nacional da Verdade: a construção e consciência histórica na sala de aula por meio dos depoimentos femininos (D)	Letícia Veitas Novelli	UTFPR

Fonte: Elaborado pelos autores (2022)



Com base nas dissertações de mestrado e teses de doutorado que foram elencadas para compor o *corpus* da análise – as questões de gênero na EJA – destacamos as principais contribuições de cada uma, ressaltando seus objetivos e suas conclusões para um melhor entendimento das diferentes abordagens.

Soares (2017), Ferreira (2017) e Novelli (2020) destacam a importância de se trabalhar a valorização e a busca pela emancipação feminina em todas as esferas sociais. A emancipação não se refere apenas ao aspecto financeiro, mas também se relaciona à conscientização de que a diferença de gênero não pode determinar a inferiorização em nenhuma área da vida humana: intelectual, profissional, afetiva, espiritual, familiar, social, além da financeira.

Em vista disso, todos esses aspectos precisam ser trabalhados quando se pretende uma educação libertadora e significativa para todas as identidades de gênero presentes na espécie humana, porque historicamente, as mulheres têm sofrido discriminações desde os tempos mais antigos. Beauvoir expõe algumas ideias veiculadas sobre a natureza das mulheres:

‘A fêmea é fêmea em virtude de certa carência de qualidades’, diz Aristóteles. ‘Devemos considerar o caráter das mulheres como sofrendo de certa deficiência natural’. E Sto. Tomás, depois dele, decreta que a mulher é um homem incompleto, um ser ‘ocasional’ (BEAUVOIR, 1970, p. 10).

A autora explica que até os dias de hoje, a legislação de muitos países difere entre homens e mulheres e, mesmo quando os direitos são os mesmos, há o desafio cultural que impede o cumprimento da igualdade de condições. Os postos mais importantes na política, na indústria, na ciência, nas artes etc. pertencem aos homens.

Em vista disso, em sua dissertação de Mestrado em Educação, Soares (2017) apresenta uma relação entre o diálogo da mulher e a EJA, para construir uma consciência feminista, tendo em vista uma equidade de gênero nesta modalidade de educação.

Pensar, historicamente, a submissão das mulheres aos homens traz elementos para a construção de uma nova consciência, uma reação à desigualdade. O confinamento das mulheres aos lares e sua marginalização na ocupação de postos de trabalho e de posições sociais trouxe um grande abismo em relação às experiências dos homens. Faz-se necessária a compreensão dos mecanismos de opressão historicamente construídos para a construção de uma nova



consciência de igualdade entre homens e mulheres. (SOARES, 2017, p. 81-82)

De acordo com a autora, a educação é uma importante ferramenta nessa construção de equidade de gênero, por meio da emancipação de todas(os) as(os) estudantes. Mas para que isto seja possível, a autora ressalta a necessidade de reconhecer a realidade subalterna da mulher e sua naturalização na sociedade, o que foi possível no programa educativo da pesquisa-ação realizada por ela.

Ferreira (2017) realizou sua pesquisa com mulheres estudantes do Programa Nacional de Integração da Educação Profissional com a Educação Básica na Modalidade de Educação de Jovens e Adultos do IFES-Campus Vitória. A pesquisa apontou que as dificuldades enfrentadas por essas mulheres envolvem fatores econômicos e de gênero, resultantes de uma cultura escolar que não considera as particularidades dos sujeitos da EJA.

“Trata-se de analisar como as mulheres sofreram (e sofrem ainda) uma exploração particular ainda mais intensa do que a dos homens no âmbito da classe trabalhadora.” (SOARES, 2017, p. 45). Além disso, conforme a pesquisa realizada pela autora, a desigualdade de gênero vivenciada por essas mulheres fora do ambiente escolar também interfere em sua aprendizagem e na sua entrada no mercado de trabalho.

Assim, o empoderamento da população feminina, configura-se em desafio às relações patriarcais essencialmente no ambiente familiar, visto que desestabiliza o poder do homem e acena para a possibilidade de transformação nas relações de dominação do masculino sobre o feminino. Essas mudanças vêm proporcionando às mulheres uma maior autonomia sobre seus corpos, sua sexualidade e seu direito de escolhas. Como também as impulsionam a lutarem para sua inserção no mundo do trabalho em melhores condições de igualdade e pelo fim da violência doméstica que vai garantir a conquista de sua autonomia e sua dignidade em todos os sentidos da vida humana (SOARES, 2017, p. 53).

Conforme explicado pela autora, programas como este do IFES-Campus Vitória, contribuem significativamente para o empoderamento e para a emancipação das mulheres (FERREIRA, 2017) e, conseqüentemente, para uma equidade de gênero na sociedade.

Novelli (2020) apresenta em sua pesquisa, a análise histórica da Ditadura Militar no Brasil, especificamente sobre o tratamento desigual que as mulheres encarceradas neste período recebiam. A autora argumenta que a pesquisa realizada pode contribuir para a sensibilização



dos estudantes da EJA, conduzindo-os a um processo de esclarecimento e emancipação.

[...] muitas vezes, as mulheres não percebem como têm sua sexualidade e sua posição como mulher subjugadas e postas diariamente em evidência pelo comportamento masculino. Em um ambiente ditatorial, essas relações se exacerbaram ainda mais, já que uma das premissas dos militares era a de submissão da mulher e pertencimento dela ao lar, pois tudo que fugisse deste padrão era considerado subversivo (NOVELLI, 2020, p. 85).

A autora apresenta uma Sequência Didática Interativa (SDI) como uma possibilidade para tratar das questões relacionadas à desigualdade de gênero no interior das salas de aula da EJA (NOVELLI, 2020).

Almeida (2018), em sua dissertação de Mestrado Profissional em Ensino de História, apresenta como uma possibilidade para realizar o ensino de história a utilização de histórias de mulheres e das imagens femininas, além das histórias das próprias estudantes da EJA. Essas experiências contribuíram, segundo o exposto pela autora, para uma aprendizagem histórica sobre as relações entre os diferentes gêneros e as desigualdades entre eles. Acredita-se que a proposta de Almeida (2018) possa contribuir para a construção do quadro conceitual desta pesquisa, visto que ela apresenta possibilidades de tratar as questões de gênero nas práticas pedagógicas da Educação de Jovens e Adultos e apresenta dados sobre como isso foi realizado e quais foram os resultados para essas(es) estudantes.

Com relação às mulheres negras na EJA, encontramos duas teses de doutorado: a pesquisa de Bastos (2017) e Leal (2017), e uma dissertação de mestrado: a pesquisa de Ivanov (2020). Destacamos a importância desses três trabalhos, visto que se as mulheres brancas precisam lutar por seus direitos, os desafios das mulheres negras apresentam-se como significativamente mais difíceis em uma sociedade sexista e racista (HOOKS, 2014). A autora explica a importância de uma educação que exalte e valorize a negritude.

Sem uma luta de resistência contínua e movimentos progressistas de libertação dos negros pela autodefinição, massas de pessoas negras (e de todas as outras pessoas) não têm uma visão de mundo alternativa que afirme e celebre a negritude. Rituais de afirmação (celebrando a história dos negros, feriados etc.) não podem intervir na socialização da supremacia branca se existirem fora de uma luta antirracista ativa que busque transformar a sociedade (HOOKS, 2019, p. 51).



Seguindo esse contexto, em sua tese de Doutorado em Educação, Bastos (2017) realizou uma pesquisa com estudantes da EJA que atuavam como trabalhadores domésticos. Seu objetivo foi o de investigar as relações de gênero vividas por esses profissionais e entender as suas perspectivas acerca da naturalização de certas atribuições domésticas serem exclusivamente destinadas às mulheres, especialmente, as negras.

[...]analisando as raízes históricas do trabalho doméstico, verificamos que as meninas negras, em decorrência da pobreza familiar e das comunidades onde residem, são introduzidas ao trabalho doméstico familiar nos primeiros anos de vida. Como já evidenciamos anteriormente, essa situação é naturalizada como prática cotidiana das famílias em situação de pobreza. Assim, a passagem para o trabalho doméstico remunerado, em muitos casos somente em troca de casa e comida, torna-se um desdobramento tomado como natural na vida para mulheres negras em situação de vulnerabilidade social (BASTOS, 2017, p. 62).

A autora também discute o processo histórico e estrutural de inferiorização das mulheres negras, que influencia diretamente na exploração de trabalhadores domésticos de forma naturalizada, tanto por parte dos trabalhadores, quanto por parte dos empregadores (BASTOS, 2017). As entrevistas realizadas pela autora com estudantes da EJA, revelam como as questões de gênero são trabalhadas nesses grupos sociais e no ambiente de sala de aula.

Leal (2017) se propôs a compreender as inter-relações entre as formas de discriminação sofridas pelas mulheres negras na EJA que envolvem seu gênero, raça e classe social, resultando na manutenção da condição historicamente subalternizada e impactando suas perspectivas de vida, sonhos e conquistas.

O processo de escolarização das mulheres negras no Brasil ocorreu, e ainda ocorre, a partir do enfrentamento de diversas barreiras, sendo elas físicas, sociais ou subjetivas. São inúmeras as dificuldades que as mulheres negras precisam superar para permanecer e concluir os estudos, como a falta de representatividade, deturpação da sua história e desvalorização da sua cultura. Isto, certamente, acaba por fragilizar o seu processo emancipatório e revela os efeitos da díade sexismo e discriminação racial, na manutenção do *status quo*. (LEAL, 2017, p. 54, grifo da autora)

Ivanov (2019) contribui para este entendimento ao apresentar sua pesquisa, que investiga as histórias de vida de estudantes da EJA, visando à reflexão da subjetividade de cada sujeito, do grupo social em que está inserido, de seus aspectos psicológicos e das suas trajetórias



enquanto sujeito que, se forem marcadas por opressão e discriminação podem afetar diretamente em sua aprendizagem e no seu percurso educativo. Em um artigo publicado pela autora, ela explica que

[...] cada mulher entrevistada carrega uma bagagem de emoções positivas e negativas de sua existência, vivenciadas em situações de exclusão social, de violência e de opressão, inclusive dentro de seus próprios lares, o que gera sentimentos de incerteza e de insegurança, nos momentos de aprendizagem, resultando em dificuldades para aprender (IVANOV, 2021, p. 403).

A autora menciona que aprender exige sair do lugar de subordinação, para o de superação de toda uma situação histórica e socialmente construída. Para ela, o preconceito se configura numa cultura de opressão, na qual idade, gênero e características biológicas determinam situações de subordinação econômica e social.

Em outra perspectiva, Menezes (2017) buscou identificar os significados que as mulheres velhas, estudantes da EJA, atribuem ao processo de escolarização e conclui que apenas quando os espaços educativos reconhecerem as demandas específicas das mulheres, independentemente de suas idades, é que será possível construir uma escola democrática e com equidade de gênero. A autora explica que

[...] as mulheres são mais oneradas física, psicológica e socialmente porque cabe a elas o jugo de cuidar do (a) cônjuge, dos (as) pais e mães, de outros (as) parentes velhos (as) e até de filhos (as) e netos (as), funções estas consideradas de menor poder social (MENEZES, 2017, p. 164).

A autora explica que a longevidade das mulheres cresce mais do que a dos homens e, em contrapartida, devido ao estresse por realizar tantas atividades e pela carga de responsabilidades, o número de doenças crônicas nas mulheres tem sido mais expressivo, demandando maiores cuidados.

Apesar de as mulheres idosas integrarem cada vez mais a população economicamente ativa e a posição de chefes de família, quando adoecem apresentam quadros mais graves do que aqueles manifestados em homens (NERI, 2007). Esse fato demonstra o quanto as mulheres precisam entrar em contato com projetos e iniciativas de resistência e de autovalorização, para que passem a cuidar também de si mesmas.

Menezes (2017, p. 206) argumenta que ainda é forte a cultura de desigualdade em que as mulheres se encontram até mesmo para estudar,



pois as entrevistadas de sua pesquisa relataram “[...] as dificuldades de permanência na escola, onde muitos (as), inclusive maridos, filhos (as) e netos (as) desestimulam-nas quando da continuação de seus estudos”. A autora explica que o preconceito

[...] se revelou em um duplo aspecto: por ser mulher, à qual cabe apenas a tarefa de cuidar e servir, onde a escola pode ser uma ameaça para essas funções, haja vista o tempo empregado para tal atividade; e por ser velha, fase em que se pressupõe que não há mais nada a aprender, nem a ensinar, e que esse retorno ou acesso inaugural aos estudos não pode trazer mais nenhuma vantagem a quem já se encontra no final da vida e não utilizará nada do que aprendeu na lógica produtivista do capital e do mercado de trabalho em tempos neoliberais (MENEZES, 2017, p. 206-207).

Porém, a autora destaca que essa desconstrução depende da emancipação de grupos historicamente colocados à margem do direito à educação, que, ao pensar criticamente e de forma autônoma, podem contribuir para uma nova ordem societária que tenha por princípio e prática a igualdade de gênero (MENEZES, 2017).

Nascimento (2018), em sua dissertação de Mestrado em Ensino de Ciências, Ambiente e Sociedade, teve por finalidade identificar a influência das diferentes culturas nas perspectivas dos estudantes da EJA-Manguinhos, por meio do debate sobre questões de sexualidade e gênero.

A partir do momento que não passamos a definir o que venha a ser moralmente certo ou errado na concepção do que venha a ser homem ou mulher, levando em consideração que para além do gênero, fatores como classe, raça e identidade sexual também constituem a sexualidade de um indivíduo. Além disso, precisa ser dada também a devida importância a estes fatores, para que se possa agir de forma menos violenta e democrática e aceitar que as pessoas são diferentes e expressam também vontades, comportamentos e desejos distintos (NASCIMENTO, 2018, p. 47).

Concordamos com a autora, pois a violência de gênero no espaço escolar favorece a manutenção das desigualdades entre homens e mulheres. A população LGBT também sofre esse tipo de violência, porque a identidade de gênero e a orientação sexual desse grupo contraria a heteronormatividade e os estereótipos tradicionais de gênero, colocando essas pessoas em situação de vulnerabilidade e prejuízo quanto aos seus direitos (LINS, 2016).

Nas discussões promovidas por Nascimento (2018), fatores como gênero, idade e presença ou não de filhos, foram determinantes sobre



suas opiniões. A autora destaca que é preciso reconhecer e identificar as matrizes culturais que influenciaram a fala dos estudantes sobre gênero e sexualidade, dentro do ensino de Ciências para intervir de forma ativa na construção de uma educação que tenha por objetivo o multiculturalismo crítico.

O fato de encontrar apenas uma dissertação de mestrado sobre Ensino de Ciências e as questões de gênero na EJA, revela a urgência em se pesquisar acerca deste recorte temático, visto que, conforme Nascimento (2018) ressalta, as aulas de ciências se constituem como um lócus privilegiado para as discussões acerca da temática.

Considerações

Os resultados obtidos a partir da investigação das questões de gênero que perpassam a EJA e os excludentes valores e padrões masculinos que vedam e dificultam a inserção da mulher, não somente no meio acadêmico, mas também, no mercado de trabalho e em outras esferas sociais predominantemente masculinas, maximizam a importância das aulas de ciências como um espaço produtivo para fomentar uma consciência de gênero acerca da função social da mulher e o papel que a mesma pode e deve exercer na sociedade.

Nesse contexto, ocorreria encorajamento para ultrapassar preceitos que foram impostos e que impedem seu desenvolvimento. Nessa perspectiva, é preciso destacar alguns pontos para o entendimento do objetivo proposto e dos resultados encontrados.

Primeiramente, cabe ressaltar que a grande maioria das mulheres desiste e abandona a escola devido à necessidade de trabalhar, seja em espaços fora do ambiente doméstico, seja no cuidado de terceiros e nas atividades domésticas, que devem ser consideradas em ambas as situações como uma forma de trabalho. Nesse direcionamento, a divisão sexual e social do trabalho coloca as mulheres em uma situação estrutural de subalternidade e abnegação de sua vida social, visto que as atribuições (ou melhor, obrigações) domésticas interferem diretamente em suas formações escolares.

A pesquisa realizada por meio da leitura das teses e dissertações publicadas na BDTD contribuíram para o entendimento de que as questões relacionadas à EJA e às desigualdades de gênero são uma temática que não deve ser apenas debatida no interior das academias



científicas, mas em todos os espaços da sociedade. Essa consciência feminista, que busca a equidade entre os gêneros, só será possível a partir de uma educação emancipadora, que promova a reflexão de estudantes sobre a estrutura da divisão do trabalho sexual e social presentes em nossa sociedade.

Vistas como atividades natas e naturalizadas, a subalternidade das mulheres e as atribuições que elas recebem sobre o cuidado com o lar e com as pessoas de sua família, impedem-nas de terem acesso à educação. Portanto, defendemos que a EJA seja um lugar que dê voz a essas mulheres e favoreça sua ascensão social na sociedade.

Apesar de não ser uma questão amplamente discutida neste artigo, é necessário destacar a importância das aulas de ciências para esse processo de autonomia das mulheres, visto que essa área do conhecimento pode proporcionar um debate sobre as diferenças biológicas entre os sexos e propor reflexões sobre a organização da sociedade e sobre a divisão sexual e social do trabalho que estamos submetidos, em especial, o gênero feminino.

Portanto, esta pesquisa proporcionou algumas reflexões sobre a importância da EJA, para auxiliar as mulheres a superarem a concepção de que a educação é uma realidade distante. Ademais, que elas sejam consideradas pela capacidade intelectual e profissional, sem interferências de relações de poder, questões socioculturais, visões machistas, preconceituosas ou patriarcais, paralelamente aos diferentes fatores que fazem com que os sujeitos da EJA não concluam seus estudos obrigatórios e reingressam no espaço escolar em idade jovem ou adulta.

Referências

ANDERY, Maria Amália Pie Abib (org.). *Para compreender a ciência: uma perspectiva histórica*. Rio de Janeiro: Garamond, 2006. 436 p.

ALMEIDA, Jucileide da Silva. *Ensino de história das mulheres: experiência na Educação de Jovens e Adultos– EJA em Imperatriz-MA* (2017). 2018. 177 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Profissional em Ensino de História, Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Universidade Federal do Tocantins, Araguaína, 2018. Disponível em: <https://repositorio.uft.edu.br/handle/11612/1704> . Acesso em: 22 mar.2023.



BASTOS, Ludimila Corrêa. *Trabalho doméstico, relações de gênero e educação: um estudo com educandas/os da EJA*. 2017. 198 f. Tese (Doutorado). Curso de Doutorado em Educação, Programa de Pós-Graduação Conhecimento e Inclusão Social em Educação, –Faculdade de Educação, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2017. Disponível em: https://repositorio.ufmg.br/bitstream/1843/BUOS-AU8KPD/1/tese_vers_o_final_ludimila_correa_bastos.pdf Acesso em: 19 mar. 2022.

BEAUVOIR, Simone de. *O segundo sexo: fatos e mitos*. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970. 309 p.

BRASIL. Constituição (1988). Constituição de 05 de outubro de 1988. *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF, 05 out. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm Acesso em: 19 mar. 2023.

BRASIL. INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA. (ed.). *Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios Contínua: educação* 2019. Brasília: Ibge, 2019. 16 p. Disponível em: https://biblioteca.ibge.gov.br/visualizacao/livros/liv101736_informativo.pdf . Acesso em: 22 mar. 2023.

FERREIRA, Maria José de Resende. *Interdições e resistências: os difíceis percursos da escolarização das mulheres na EPT*. 2017. 283 f. Tese (Doutorado), Curso de Doutorado em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade Federal do Espírito Santo, Vitória. Disponível em: https://sappg.ufes.br/tese_drupal//tese_11460_Tese%20-%20Maria%20oJos%20de%20Resende%20Ferreira.pdf . Acesso em: 18 mar. 2022.

FREIRE, Paulo. *Pedagogia da Autonomia: saberes necessários à prática educativa*. São Paulo: Paz e Terra, 1996. 165 p.

HADDAD, Sérgio; PIERRO, Maria Clara di. Escolarização de jovens e adultos. *Revista brasileira de educação*, Rio de Janeiro, v. 1, n. 14, p. 108-130, 2000. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rbedu/a/YK8DJk85m4BrKJqzHTGm8zD/?format=pdf&lang=pt> . Acesso em: 09 abr. 2022.

HARDING, Sandra. A instabilidade das categorias analíticas na teoria feminista. *Estudos Feministas*, Florianópolis, v. 93, n.1, p. 7-31, 1986.



Disponível em: <http://www.legh.cfh.ufsc.br/files/2015/08/sandra-harding.pdf>. Acesso em: 24 jun. 2024.

HOOKS, Bell. *Não sou eu uma mulher*. Mulheres negras e feminismo. Lisboa: Plataforma Gueto, Janeiro 2014.

HOOKS, Bell. *Ensinando a transgredir: a educação como prática da liberdade*. São Paulo: Martins Fontes, 2013. 288 p. Tradução de Marcelo Brandão Cipolla.

HOOKS, Bell. *Olhares Negros: raça e representação*. São Paulo: Elefante, 2019. 356 p.

IVANOV, Bárbara Gonçalves. A constituição subjetiva de mulheres, estudantes do Programa Brasileiro da Educação de Jovens e Adultos e a Aprendizagem. *Estudos Interdisciplinares, envelhecimento*, Porto Alegre, v. 26, n.1, p. 391-410, 2021. DOI: <https://doi.org/10.22456/2316-2171.97579>

IVANOV, Bárbara Gonçalves. *A constituição subjetiva de mulheres negras estudantes da EJA e a aprendizagem*. 2019. 66 f. Dissertação (Mestrado) – Programa de Pós-Graduação em Educação, Faculdade de Educação, Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre/RS, 2019. Disponível em: <https://lume.ufrgs.br/handle/10183/216008> Acesso em: 20 mar. 2023.

LEAL, Maristela Pereira. *As inter-relações entre discriminação racial, de gênero e exclusão social na trajetória de mulheres negras da EJA*. 2017. 110 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em Psicologia, Linha de Pesquisa: Psicologia e Educação, Faculdade de Ciências da Educação e Saúde, Instituto CEUB de Pesquisa e Desenvolvimento, Centro Universitário de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <https://repositorio.uniceub.br/jspui/handle/235/11371> Acesso em: 19 mar. 2023.

LIMA, Telma Cristiane Sasso de; MIOTO, Regina Célia Tomaso. Procedimentos metodológicos na construção do conhecimento científico: a pesquisa bibliográfica. *Revista Katálisis*, Florianópolis, v. 10, n. esp. p. 37-45, 2007. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/rk/a/HSF5Ns7dkTNjQVpRyvvhc8RR/abstract/?lang=pt> Acesso em: 17 mar. 2023.



LIMA, Francisca Vieira; WIESE, Andréia Faxina; HARACEMIV, Sonia Maria Chaves. As mulheres da EJA: do silenciamento de vozes à escuta humanizadora. *Rev. FAEEBA: Educação e Contemporaneidade*, Salvador, v. 30, n. 63, p. 131-150, jul./set. 2021. Disponível em: <https://www.revistas.uneb.br/index.php/faeeba/article/download/11123/8743/> Acesso em: 09 mar. 2023.

LINS, Beatriz Accioly; MACHADO, Bernardo Fonseca; ESCOURA, Michele. *Diferentes não desiguais: A Questão de Gênero na Escola*. São Paulo: Reviravolta, 2016. 131 p.

MANACORDA, Mário Alighieiro. *Marx e a Pedagogia Moderna: o que é trabalho*. Campinas: Alínea, 2007. 206 p.

MENEZES, Kelly Maria Gomes. Agora é a minha vez de ir pra escola!: os desafios na educação para mulheres velhas em um Programa de EJA, em Fortaleza – Ce. 2017. 232f. – Tese (Doutorado) – Programa de Pós-Graduação em Educação Brasileira Universidade Federal do Ceará, Fortaleza, 2017. Disponível em: <https://repositorio.ufc.br/handle/riufc/25580> . Acesso em: 18 mar. 2023.

NASCIMENTO, Ariel Pereira Fernandes do. *A influência das diferentes culturas nas visões dos alunos da EJA-Manguinhos na discussão do tema sexualidade e gênero*. 2018. 148 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em Ensino de Biologia; Biodiversidade e sociedade, Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências, Ambiente e Sociedade, Universidade do Estado do Rio de Janeiro, São Gonçalo, 2018. Disponível em: <https://www.bdtd.uerj.br:8443/handle/1/12110>

Acesso em: 24 mar. 2023.

NERI, Anita Liberalesso. (org.). *Idosos no Brasil: vivências, desafios e expectativas na terceira idade*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2007. 288 p. Edições SESC-SP.

NOVELLI, Letícia Veitas. *As mulheres na Comissão Nacional da Verdade: a construção de consciência histórica na sala de aula por meio dos depoimentos femininos (2019)*. 2020. 114 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em Ensino de Ciências Humanas, Sociais e da Natureza), Programa de Pós-Graduação em Ensino de Ciências Humanas, Sociais e da Natureza, Universidade Tecnológica Federal do Paraná, Londrina, 2020. Disponível em:



<https://riut.utfpr.edu.br/jspui/handle/1/5055?mode=full>. Acesso em: 18 mar. 2023.

ROCHA, Camila Carduz. Divisão Sexual do Trabalho e Força de Trabalho da Mulher no Capitalismo. In: Encontro Nacional de Pesquisadores em Serviço Social, 16., 2018, Vitória. *Anais [...]*. Vitória: UFES, 2018. p. 1-16. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/22856> Acesso em: 08 abr. 2022.

RODRIGUES, Bruno Cesar dos Reis; ROCHA, Camila di Paiva Malheiros; AVELAR, Lucas Martins de; PARANHOS, Rones de Deus. Educação de Jovens e Adultos para além do Acesso. *Revista Plurais*, Anápolis, v. 10, n. 3, p. 331-349, 2020. Disponível em: <https://revista.ueg.br/index.php/revistapluraisvirtual/article/view/11269>. Acesso em 08 mar. 2023.

SANTOS, Pollyana dos; SILVA, Gabriela da. Os Sujeitos da EJA nas Pesquisas em Educação de Jovens e Adultos. *Educação & Realidade*, Porto Alegre, v. 45, n. 2, 2020. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/TcK5QFPgf6KspxwxvpG7qYG/?format=html&lang=pt> Acesso em: 09 mar. 2023.

SAVIANI, Dermeval. *Pedagogia histórico-crítica: primeiras aproximações*. 11 ed. Campinas: Autores Associados, 2011. 137 p.

SILVA, Elizabeth Bortolaia. Des-Construindo Gênero em Ciência e Tecnologia. *Cadernos Pagu*, Campinas, v. 10, n. 1, p. 07-20, 1998. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/cadpagu/article/view/2134/2254>. Acesso em: 24 jun. 2024.

SOARES, Francinéia Francisca Gomes. *A relação dialógica: mulher e EJA na construção da consciência feminista*. 2017. 126 f. Dissertação (Mestrado) – Curso de Mestrado em Educação, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade de Brasília, Brasília, 2017. Disponível em: <http://www.rlbea.unb.br/jspui/handle/10482/31657> Acesso em: 19 mar. 2023.



Education and gender inequality in EJA: a bibliographical study

ABSTRACT: This article aims to investigate gender issues that permeate EJA and the importance of science classes as a productive space to promote these issues and enable the emancipation and social transformation of women, implementing a gender awareness about the social function of woman and the role she can and should play. For that, the research methodology used was the bibliographical research, using the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations (BDTD) as a database for the research. After selecting the bibliographic material, nine academic-scientific works were chosen to compose the empirical corpus of the study. As a result, it was possible to identify that the students' conceptions about gender are a consequence of cultural influences and the social context in which they are inserted, revealing a structural macho culture that perpetuates discrepancies between genders. Therefore, in the search for equality between genders and the formation of critical and emancipated citizens, science classes can address differences between genders and contribute to overcoming patriarchal culture.

KEYWORDS: Youth and Adult Education (EJA). Science teaching. Gender Issues.

Valeska Curtinhas PRATES

Graduada em Pedagogia pela Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (UFG) e mestrado em Educação em Ciências e Matemática pela UFG. Docente dos anos iniciais do Ensino Fundamental na cidade de Goiânia. E-mail: vcurtp@egresso.ufg.br

Cinthia Letícia de Carvalho Roversi GENOVESE

Licenciada em Ciências Biológicas; mestrado e doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação para a Ciência da Unesp-Bauru (SP). Docente da área de Ciências Naturais da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Goiás (UFG); docente do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática da UFG. E-mail: cinthialeticia@ufg.br

Luiz Gonzaga Roversi GENOVESE

Licenciado em Física; mestrado e doutorado pelo Programa de Pós-Graduação em Educação para a Ciência da Unesp-Bauru (SP). Docente da área de Ensino de Física do Instituto de Física da Universidade Federal de Goiás (UFG); docente do Programa de Pós-Graduação em Educação em Ciências e Matemática da UFG. E-mail: lgenovese@ufg.br



Recebido em: 27/03/2023

Aprovado em: 06/03/2024